REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CONED/RS)

CAPÍTULO I Das disposições gerais

Art. 1º- O Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (CONED/RS), criado pela Lei nº13.707 de 06 de abril de 2011, órgão normativo e deliberação coletiva do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - SEPPED, terá as atribuições previstas em lei e funcionará segundo o disposto neste Regimento Interno.

CAPÍTULO II Das Competências e Atribuições

Art. 2º- Compete ao Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONED/RS):

- I – acompanhar e atualizar a Política Estadual sobre Drogas, compatibilizando-a com a política nacional ;
- II – articular, integrar, coordenar e executar as atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas;
- III – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos do Fundo Estadual Sobre Drogas – FUNED e o desempenho dos planos e programas da Política Estadual sobre Drogas;
- IV – promover e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas nas áreas de educação, prevenção, promoção, tratamento, recuperação e ressocialização, sobre o uso, o abuso e a dependência de drogas, repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas;
- V – definir critérios para a celebração e fiscalização de convênios, contratos, acordos e termos de cooperação técnica, com entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais visando à implantação de seus objetivos;
- VI – elaborar e aprovar o Plano Anual e Plurianual de políticas sobre drogas;
- VII – estimular a criação, orientar, apoiar e acompanhar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas;
- VIII – propor alterações de seu Regimento Interno.

Art. 3º- São atribuições do Conselho:

- I – criar comissões para o exame de assunto de competência específica;
- II – elaborar normas complementares relativas ao funcionamento e a ordem dos trabalhos;
- III – organizar e apoiar a realização de programas, projetos e eventos relacionados às Políticas Públicas sobre Drogas;
- IV – organizar, anualmente, o Fórum Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e a cada quatro anos a Conferência Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas
- V – manter banco de dados sobre programas e serviços existentes a respeito de educação, prevenção, promoção, tratamento, recuperação e ressocialização, sobre o uso, o abuso e a dependência de drogas, bem como dados relativos à repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

Art. 4º- Propor aos órgãos estaduais definições sobre as políticas públicas sobre drogas.

Art. 5º Manter intercâmbio de informações com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e com outros órgãos federais, estaduais e municipais visando facilitar os processos de difusão, planejamento e decisão sobre o tema.

CAPÍTULO III Da Estrutura Operacional

Art. 6º - O CONED/RS compor-se-á de:

- I – Plenária;
- II – Presidência e Vice-Presidência;
- III – Secretaria Executiva;
- IV - Comissões Temáticas;

Art. 7º - Compete aos membros do Conselho:

- I – participar das reuniões plenárias com direito a voto;
- II – relatar as matérias que lhes forem distribuídas;
- III – intervir, na forma deste Regimento, em qualquer fase das reuniões plenárias;
- IV – eleger Presidente e Vice-Presidente;
- V – eleger o Secretário Executivo;
- V - desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Presidente ou Plenária;
- VI – representar o Conselho, quando delegado formalmente pela Presidência, devendo apresentar relatório específico.

SEÇÃO I – Das Plenárias

Art. 8º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente, ou de um terço de seus membros, sempre que houver matéria urgente a ser examinada.

Art. 9º - As reuniões serão realizadas com a presença da maioria simples de seus membros efetivos ou suplentes, sob a direção do Presidente; na sua falta, serão dirigidas pelo Vice-Presidente, ou na ausência, pelo Conselheiro escolhido entre os presentes.

Parágrafo 1º: inexistindo o quórum mínimo, a reunião iniciar-se-á quinze minutos após, com qualquer número;

Parágrafo 2º: na impossibilidade do comparecimento do Conselheiro titular, caberá a este cientificar seu suplente, imediatamente ao recebimento da convocação, bem como comunicar formalmente à Secretaria do Conselho;

Parágrafo 3º: quando comparecerem o Conselheiro titular e o suplente, somente o primeiro exercerá a representação com a colaboração do segundo;

Parágrafo 4º: o conselheiro que faltar a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, sem prévia justificativa, será desligado do Conselho, assumindo conseqüentemente o seu suplente ou/o representante da entidade suplente, respeitando o certame do respectivo fórum de representação;

Parágrafo 5º. as reuniões Plenárias poderão ter caráter aberto, de acordo com a natureza dos temas a serem tratados, quando assim deliberado pela Plenária.

Art. 10 - Os Conselheiros titulares serão convocados, para as reuniões Plenárias com antecedência mínima de dez dias, com a indicação do dia, hora, local da reunião e da ordem do dia, na qual constará a matéria a ser apreciada.

Art. 11 - As reuniões extraordinárias serão convocadas, com antecedência mínima de 72 horas, respeitadas as demais formalidades prevista no Art. 9º.

Art. 12 – Compete à Plenária eleger os membros para compor as Comissões Temáticas.

SEÇÃO II – Da Presidência

Art. 13 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos em reunião especificamente convocada e com a presença de no mínimo dois terços de seus membros.

Parágrafo 1º: o mandato será de dois anos, permitida uma recondução;

Parágrafo 2º: o Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos;

Parágrafo 3º: o exercício de Presidente e Vice-Presidente será pessoal, intransferível e indelegável;

Parágrafo 4º: na absoluta impossibilidade do exercício pessoal do Presidente e na igual impossibilidade do Vice-Presidente, o Conselho reunir-se-á imediata e extraordinariamente, por convocação da Secretaria Executiva, para promover nova eleição;

Parágrafo 5º: o Presidente e seu Vice serão eleitos até a segunda reunião ordinária após a composição do novo Conselho.

Art. 14 - São atribuições da Presidência:

I – representar o Conselho perante o Governo, demais instituições e à sociedade em geral;

II – convocar e presidir as reuniões, bem como sugerir acréscimos na pauta aprovada pela plenária;

III – supervisionar as ações da Secretaria Executiva, assessoria técnica e comissões;

IV – assinar as resoluções, recomendações, sugestões e moções do Conselho;

V – resolver as questões de ordem;

VI – convocar ou convidar pessoas físicas ou jurídicas para participar das reuniões, concedendo-lhes a palavra, quando oportuno, para as suas comunicações;

VII - assinar as atas e correspondências do Conselho;

VIII- expedir instruções, portarias e demais atos referentes à organização e funcionamento do Conselho;

IX- encaminhar as deliberações do Conselho ao Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas;

X - comunicar aos órgãos governamentais e às entidades não governamentais os casos de não comparecimento injustificado, por mais de uma reunião, do representante titular ou de seu suplente, se o estiver substituindo;

XI - solicitar aos órgãos governamentais e às entidades não governamentais, cujos representantes não se fizerem presentes, sem justificativa, a três reuniões consecutivas, ou seis alternadas, a substituição de seus membros;

XII - submeter à Plenária a justificativa do Conselheiro pelas ausências e controlar as ausências não justificadas;

XIII - solicitar os recursos, humanos, materiais e financeiros, necessários ao funcionamento do Conselho;

XIV - por deliberação da Plenária, solicitar assessoria técnica com a finalidade de execução de suas atividades;

XV - lançar mão do voto de qualidade;

XVI - cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno.

XVII - encaminhar as resoluções e recomendações definidas pelo CONED ao Secretário de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos para efeitos de determinar publicação no Diário Oficial do Estado.

SEÇÃO III – DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 15 - O Secretário Executivo do Conselho será eleito em reunião especificamente convocada e com a presença de, no mínimo, dois terços de seus membros.

Art. 16 - A Secretaria Executiva será composta pelo Secretário Executivo e por um assessor administrativo oriundo do Quadro de Servidores Públicos.

Art.17 - Compete à Secretaria Executiva:

- I** - prestar auxílio necessário ao funcionamento do Conselho e ao exercício da Presidência;
- II** - secretariar as reuniões do Conselho e das Comissões Temáticas, lavrar as respectivas atas e promover a publicação das súmulas, resumos ou extratos das deliberações;
- III** - promover o preparo e as expedições das correspondências do Conselho e das Comissões;
- IV** - auxiliar no trabalho dos Conselheiros, especialmente dos relatores;
- V** - auxiliar e secretariar os trabalhos das Comissões;
- VI** - organizar e manter o Banco de Dados de que trata o Art.3º, inciso V;
- VII** - organizar e manter o serviço de atendimento ao público;
- VIII** - apresentar ao Conselho relatório trimestral de suas atividades;
- IX** - realizar outras atribuições compatíveis com a natureza deste Conselho deliberadas em Plenária.

SEÇÃO IV – Das Comissões Temáticas

Art. 18 - As Comissões Temáticas, de caráter permanente ou provisório, serão criadas para executar atividades e atribuições previamente definidas.

Art. 19 - Compete às Comissões:

- I** - escolher, entre seus pares, o Conselheiro Relator para cada matéria em discussão;
- II** - executar a ação para qual foi instituída;
- III** – aprofundar o estudo e a discussão de questões que lhes forem submetidas;
- IV** – apresentar ao Conselho relatório de suas atividades e conclusões;
- V** – informar a Presidência sobre o andamento dos trabalhos.

Art. 20 - Nas reuniões das Comissões poderão participar, como convidados, e mediante aprovação da maioria simples da Comissão, representantes de órgãos governamentais e não governamentais, assim como pessoas de reconhecido saber sobre a matéria, sem direito a voto.

Art. 21 - As reuniões das Comissões serão coordenadas pelo relator da matéria em discussão e secretariadas pelo Secretário Executivo ou por membro indicado pela própria Comissão.

CAPITULO IV Do Funcionamento

SEÇÃO I – Da Ordem dos Trabalhos

Art. 22 - A pauta das reuniões constará de:

- I** – ordem do dia;
- II** – discussão e aprovação das atas da última reunião ordinária e da extraordinária ocorridas;
- III** – comunicações da Presidência e dos Conselheiros;
- VI** – encerramento.

Art. 23 - Na ata deverá constar o resumo dos trabalhos desenvolvidos, a íntegra das resoluções e deliberações, bem como todas as questões de ordem surgidas durante a reunião.

Parágrafo Único: as atas, depois de aprovadas, serão assinadas pelo Presidente e pelo Secretário Executivo e delas conceder-se-á cópia de inteiro teor aos Conselheiros.

Art. 24 - Na Ordem do Dia serão discutidos e votados os pareceres dos relatores que tenham sido enviados à

Secretaria Executiva, até 72 horas antes do início da reunião, para a necessária distribuição de cópias aos conselheiros, com 48 horas de antecedência.

Art. 25 - O Conselheiro Relator apresentará o seu parecer na reunião, imediatamente, subsequente à distribuição, quando a matéria, obrigatoriamente, será colocada na ordem do dia.

Parágrafo 1º: se o Conselheiro Relator solicitar, ser-lhe-á reaberto o prazo para apresentação do parecer, em período que a Plenária fixar;

Parágrafo 2º: a pedido do relator, poderá haver redistribuição para outro Conselheiro com maior afinidade com a matéria, com anuência da maioria simples da Plenária;

Parágrafo 3º: o parecer do relator deverá constituir-se de emenda, na qual constará a síntese do parecer, fundamentação e conclusão;

Parágrafo 4º: apresentado o parecer do relator, a Presidência dos trabalhos dará a palavra ao Conselheiro que dela quiser fazer uso, por ordem de inscrição e por prazo não superior a cinco minutos, prorrogáveis para qualquer tempo, por decisão da maioria;

Parágrafo 5º: após a manifestação dos Conselheiros, a matéria será posta em votação.

Art. 26 - O Conselheiro poderá formular uma proposição na própria reunião, se o Plenário assim o permitir, porém somente será apreciada depois de esgotados os assuntos constantes na Ordem do Dia, caso contrário deverá obedecer ao que prescreve o Art. 22.

Art. 27 - Os Conselheiros poderão obter vistas de qualquer matéria da Ordem do Dia, sendo obrigatória a inclusão, em primeiro lugar, na reunião ordinária imediatamente subsequente, quando será votada.

Parágrafo 1º: se mais de um Conselheiro pedir vistas, o prazo será comum a todos, sendo que a matéria, nesta hipótese, permanecerá na Secretaria do Conselho.

Parágrafo 2º: não se concederá vistas ao mesmo Conselheiro por mais de uma vez na mesma matéria.

Art. 28 - A votação sempre será aberta e pessoal, podendo ser nominal ou simbólica.

Parágrafo 1º: na votação simbólica, o Conselheiro favorável à matéria levantará a mão, e, o contrário, permanecerá como está, cabendo manifestar-se previamente o que preferir a sustentação.

Parágrafo 2º: far-se-á a votação nominal a juízo da Presidência ou por solicitação dos Conselheiros presentes, tomando-se, em primeiro lugar, o voto do Conselheiro que estiver à direita do Presidente e assim sucessivamente.

Art. 29 - As reuniões do Conselho terão no máximo duas horas de duração, salvo deliberação da própria Plenária.

SEÇÃO II – Das Deliberações

Art. 30 - As deliberações do Conselho, aprovadas pela maioria simples dos Membros presentes, tomarão a forma de:

I – parecer, se a matéria for oriunda de simples consulta;

II – resolução, quando se tratar de matéria de sua competência específica;

III – recomendação, na hipótese de providência de interesse relativo as suas finalidades, quando a competência pertencer a outro órgão encarregado de prevenção, fiscalização, controle e repressão de substâncias psicoativas, tratamento e reinserção social;

IV – sugestão, quando o destinatário da deliberação for órgão Federal, e de outras Unidades da Federação;

V – moção para manifestação ou encaminhamento à autoridade, órgão, entidade ou à sociedade em geral, relacionado a sua competência.

Art. 31 - As deliberações do Conselho serão publicadas no Diário Oficial do Estado, quando forem de matéria com repercussão Estadual ou Federal.

CAPÍTULO V Das penalidades

Art. 32 - O Conselho, por decisão de maioria qualificada, poderá destituir o Presidente, por iniciativa de, no mínimo, dois terços de votos de seus membros, em reunião extraordinária especialmente convocada.

Parágrafo 1º: os autores da iniciativa indicarão os motivos do pedido, em requerimento endereçado ao Vice-presidente, que, então, obrigatoriamente, convocará a reunião, no prazo máximo de dez dias, cientificando desde logo o Presidente.

Parágrafo 2º: na reunião, após a sustentação dos argumentos dos autores do pedido, o Presidente em igual período de tempo, poderá apresentar, em sua defesa, as suas explicações e contrapor-se aos argumentos do pedido.

Art. 33 - Em caso de vacância, por destituição, por renúncia, pela perda da representação do Presidente em relação ao seu órgão ou entidade de origem, ou por outro motivo, o Vice-Presidente convocará, no prazo de dez dias, reunião para nova eleição, para o término do respectivo mandato.

Parágrafo 1º: se faltarem menos de sessenta dias para o término do mandato, o Vice-presidente completará a gestão;

Parágrafo 2º: se a Vice-Presidência também estiver vaga, haverá uma auto-convocação do Conselho para nova eleição, independente do prazo faltante para o término da gestão.

Art. 34 - O disposto nos art. 32 e 33 aplicar-se-á também, no que for compatível, para a substituição do Vice-Presidente e do Secretário Executivo.

Art. 35 - O Conselho, por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros, poderá, em caso de conduta incompatível de Conselheiro, adverti-lo ou determinar a perda de seu mandato, observado o devido processo legal, com o contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO VI Das Condecorações e Homenagens

Art. 36 – Poderão ser concedidas, por aprovação de no mínimo dois terços dos presentes à reunião plenária, condecorações e homenagens para pessoas e entidades que tenham se destacado por relevantes serviços prestados à sociedade na questão das drogas.

CAPÍTULO VII Disposições Finais

Art. 37 - Fica assegurado ao Conselheiro o ressarcimento das despesas de alimentação, transporte, deslocamento e hospedagem, quando a serviço do Conselho.

Art. 38 - O Conselho, por maioria qualificada dos seus membros, poderá propor a reforma do presente Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Governador do Estado.

Art. 39 - O mandato de Conselheiro será de dois anos, permitida a recondução, não sendo o mesmo

remunerado, e o seu exercício considerado serviço público relevante.

Art. 40- Os casos omissos serão resolvidos pela Plenária do Conselho, inclusive as dúvidas de interpretação do Regimento Interno.

Art. 41 - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da publicação do decreto que o aprovar.